

OIW Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31
Dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da
OIW Participações S.A.
Taquari – RS

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OIW Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos 1 e 2 e pelos possíveis efeitos do assuntos 3, descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OIW Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas registraram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nas demonstrações de resultado consolidadas, receita operacional líquida de R\$ 166.603 mil. A Companhia e suas controladas adotam a prática de registrar as receitas de locação de acordo com o cronograma de pagamentos estabelecidos entre a Companhia e seus clientes, o que representa um desvio em relação às disposições do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que estabelece que a receita de arrendamentos operacionais deve ser reconhecida de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em 31 de dezembro de 2019 e o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício findo nessa data estão apresentados a maior em R\$ 7.397 mil, e nas demonstrações financeiras consolidadas, o saldo de receita diferida no passivo está apresentada a menor e a receita operacional líquida está apresentada a maior em R\$ 11.208 mil, e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 está apresentado a maior em R\$ 10.856, adicionalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado está a maior em R\$ 3.811 e a rubrica de impostos a recuperar está apresentada a menor no mesmo montante.



2. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial consolidado registra na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R\$ 69.724 mil em 31 de dezembro de 2019. As controladas não avaliaram os efeitos do ajuste ao valor presente, conforme requerido pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em 31 de dezembro de 2019 e o resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício findo nessa data estão apresentados a maior em R\$ 1.609 mil, e nas demonstrações financeiras consolidadas, o saldo de contas a receber de clientes está apresentado a maior em R\$ 1.609 mil e o saldo das despesas financeiras está apresentado a menor no mesmo montante, líquido de efeitos tributários.
3. Fomos nomeados auditores da entidade após 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não acompanhamos a contagem física dos estoques no início do exercício de 2019. E dessa forma, não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2018 que estão registradas no balanço patrimonial por R\$ 13.387 mil. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos – Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



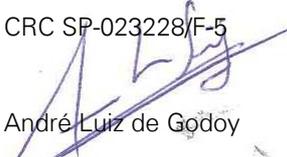
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de junho de 2020

KPMG Assurance Services

CRC SP-023228/F-5



André Luiz de Godoy

Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

OIW Participações S.A.
Balancos patrimoniais em 31 Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)			2019	2018 (Não auditado)		
Ativos						Passivos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5	2	3.766	10.352	Fornecedores	12	-	-	8.412	3.606
Aplicações financeiras		-	-	300	75	Obrigações sociais e trabalhistas		73	-	713	624
Contas a receber de clientes	7	-	-	69.724	42.622	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	38.073	23.852
Estoques	8	-	-	47.078	13.387	Impostos a recolher		20	-	1.102	1.612
Impostos a recuperar	9	-	-	1.831	1.562	Receita diferida	17(b)	-	-	16.936	-
Pagamentos antecipados	20	3	703	7.280	8.008	Adiantamento de dividendos	20	1.511	704	-	-
Outros ativos		3	-	1.542	3.014	Adiantamentos de clientes		-	-	1.100	2.843
						Outros passivos		-	-	735	880
Total do ativo circulante		11	705	131.522	79.020	Total do passivo circulante		1.605	704	67.073	33.417
Investimentos	10	70.254	52.961	-	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	31.218	14.082
Imobilizado	11	-	-	35.382	21.404	Total do passivo não circulante		-	-	31.218	14.082
Intangível		-	-	47	37	Patrimônio líquido	14				
Total do ativo não circulante		70.254	52.961	35.428	21.441	Capital social		37.486	37.486	37.486	37.486
						Reservas de lucros		31.174	15.476	31.174	15.476
						Total do patrimônio líquido		68.660	52.962	68.660	52.962
Total do ativo		70.265	53.666	166.951	100.461	Total do passivo e patrimônio líquido		70.265	53.666	166.951	100.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Receita operacional líquida	17	-	-	166.603	127.096
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	18	-	-	<u>(110.476)</u>	<u>(88.132)</u>
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56.127</u>	<u>38.965</u>
Despesas com vendas	18			(12.719)	(9.503)
Despesas gerais e administrativas	18	(38)	-	(7.112)	(6.461)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	18	-	-	(2.438)	(252)
Outras despesas operacionais		(1)	-	(7.210)	(3.574)
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>19.016</u>	<u>15.476</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro operacional		<u>18.977</u>	<u>15.476</u>	<u>26.648</u>	<u>19.175</u>
Receitas financeiras	19	-	-	2.462	2.486
Despesas financeiras	19	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(7.854)</u>	<u>(5.520)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>18.973</u>	<u>15.476</u>	<u>21.256</u>	<u>16.140</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	16	(32)	-	(2.316)	(664)
Lucro líquido do exercício		<u>18.941</u>	<u>15.476</u>	<u>18.941</u>	<u>15.476</u>
Resultado líquido por quota do capital social no fim do exercício - R\$		<u>0,000505</u>	<u>0,000413</u>	<u>0,000505</u>	<u>0,000413</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	18.941 -	15.476	18.941	15.476
Resultado abrangente total	<u>18.941</u>	<u>15.476</u>	<u>18.941</u>	<u>15.476</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva para incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros		
Em 01 de janeiro de 2018 (não auditado)	626	-	-	983	-	1.609
Integralização de capital	36.860	-	-	-	-	36.860
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.476	15.476
Reserva para incentivo fiscal	-	-	10.772	-	(10.772)	-
Reserva legal	-	774	-	-	(774)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(983)	(983)
Reserva de lucros	-	-	-	2.948	(2.948)	-
Em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	37.486	774	10.772	3.931	-	52.962
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.941	18.941
Reserva para incentivo fiscal	-	-	6.517	-	(6.517)	-
Reserva legal	-	947	-	-	(947)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.869)	(2.869)
Dividendo adicional proposto - conforme AGE	-	-	-	-	(374)	(374)
Reserva de lucros	-	-	-	5.368	(5.368)	-
Em 31 de dezembro de 2019	37.486	1.721	17.289	9.299	-	68.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	18.941	15.476	18.941	15.476
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	2.631	1.192
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.438	(252)
Equivalência patrimonial	(19.016)	(15.476)	-	-
Ganhos ou perdas do imobilizado ou intangível baixado ou vendido	-	-	2.221	-
Outros	-	-	(13)	1.125
Impostos	32	-	2.316	-
Variações em:				
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	-	-	(12.414)	(14.798)
Redução (aumento) nos estoques	-	-	(32.219)	1.765
(Aumento) redução aumento em impostos a recuperar	-	-	(269)	(3.157)
(Aumento) redução em outras contas a receber	700	(703)	503	(1.141)
(Redução) aumento em fornecedores	-	-	4.806	1.573
Aumento em impostos e contribuições a recolher	91	-	(215)	371
(Redução) aumento em outras contas a pagar	807	704	(1.988)	346
Impostos sobre o lucro, pagos	(32)	-	(2.316)	359
Juros pagos	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.523	1	(15.578)	2.859
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	(18.892)	(12.742)
Aquisições de ativo intangível	-	-	(37)	(28)
Recebimento de dividendos	1.723	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	1.723	-	(18.929)	(12.770)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	63.667	45.619
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	(32.503)	(28.031)
Dividendos pagos	(3.243)	-	(3.243)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(3.243)	-	27.921	17.588
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3	1	(6.586)	7.677
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	1	10.352	2.675
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	2	3.766	10.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Operacional

A OIW Participações S.A.(a "Companhia") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do Grupo é Rua Campo Romero, 295 – Taquari – RS. As demonstrações financeiras do Grupo abrangem o Grupo e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo'). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação e distribuição de equipamentos para conectividade indoor e outdoor, oferecendo soluções para provedores de internet FTTx (fibra óptica) e wireless, Wi-Fi empresarial e residencial e segurança além de fornecer serviços de montagem de placas e produtos eletrônicos.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de junho de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros ativos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 17 - reconhecimento de receita: se a receita de locação é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber.

Nota explicativa 16 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

CPC 06 Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor, CPC06, que substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração avaliou que não há impacto relevante em suas demonstrações financeiras do registro de suas operações de arrendamento mercantil operacional.

4 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da OIW Participações S.A. e de suas controladas diretas, a seguir relacionadas:

	País	Participação acionária %	
		2019	2018 (Não auditado)
OIW Indústria Eletrônica S.A.	Brasil	100	100
Servtronix Tecnologia Ltda.	Brasil	100	100

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. O Grupo atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados trimestralmente após as exclusões das subvenções governamentais, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos para locação	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

g) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

ii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iii. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas do CPC..
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- CPC 50 Contratos de Seguros.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
Caixa	2	1	28	89
Depósitos bancários	-	-	2.975	176
Aplicações financeiras	3	1	763	10.087
Total	5	2	3.766	10.352

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas à taxas que variam entre 88% e 102% (90% a 102% em 31 de dezembro de 2018 não auditado) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (não auditado)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	58.553	46.856
Locações a receber	16.937	-
Devedores duvidosos	(6.895)	(4.647)
Outras contas a receber	1.129	413
Total	69.724	42.622

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (Não auditado)
Saldo no início do exercício	(4.647)	(5.292)
Baixas	(2.438)	(251)
Adições	191	896
Saldo no final do exercício	(6.895)	(4.647)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (Não auditado)
A vencer	64.653	39.204
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.424	1.112
De 31 a 60 dias	483	342
De 61 a 90 dias	303	292
De 91 a 180 dias	933	569
Acima de 181 dias	7.823	5.750
Total	76.619	47.269

8 Estoques

	Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)
Matérias primas	3.952	4.289
Produtos acabados	13.258	8.912
Embalagens	743	186
Importação em andamento	29.081	-
Outros	44	-
Total	47.078	13.387

9 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)
ICMS	1.486	920
IR e CS	163	467
Outros	182	175
Total	1.831	1.562

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis (compra e venda de produtos), gerados nas unidades produtoras e comerciais do Grupo.

Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

10 Investimentos e equivalência patrimonial

	%	Patrimônio	2019		Resultado da	Distribuição	Total do
			participação	Líquido			
OIW Indústria Eletrônica S.A.	100	54.176	6.517	47.659	6.517	-	54.176
Servtronix Tecnologia Ltda.	100	16.078	12.499	5.302	12.499	1.723	16.078
				52.961	19.016	1.723	70.254

11 Imobilizado

	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos para locação	Veículos, computadores e periféricos e condic. de ar	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2018	4.663	3.148	213	418	412	8.854
Adições	145	137	19	14.833	39	15.173
Em 31 de dezembro de 2018	4.808	3.285	232	15.251	451	24.027
Aquisições	-	1.033	23	17.871	55	18.982
Alienações	(1.937)	(1.107)	-	-	-	(3.044)
Em 31 de dezembro 2019	2.871	3.211	255	33.122	506	39.965
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2018	(444)	(658)	(117)	(4)	(247)	(1.470)
Depreciação	(99)	(327)	(22)	(664)	(41)	(1.153)
Em 31 de dezembro de 2018	(543)	(985)	(139)	(668)	(288)	(2.623)
Depreciação	(243)	(322)	(24)	(1.991)	(51)	(2.631)
Alienações	361	310	-	-	-	671
Em 31 de dezembro de 2019	(425)	(997)	(163)	(2.659)	(339)	(4.583)
Valor contábil líquido						
Em 31 de dezembro de 2018	<u>4.265</u>	<u>2.300</u>	<u>93</u>	<u>14.583</u>	<u>163</u>	<u>21.404</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.446</u>	<u>2.214</u>	<u>92</u>	<u>30.463</u>	<u>167</u>	<u>35.382</u>

Em relação as alienações no ano de 2019, o impacto efetivo foi a venda de prédio, instalações e equipamentos na unidade de Campinas.

O Grupo não identificou a existência de indicadores onde ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

12 Fornecedores

	<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (Não auditado)
Fornecedores nacional	2.348	1.430
Fornecedores exterior	6.064	2.176
Total	8.412	3.606

13 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Indexador	Juros	Venciment o final do contrato	Consolidado	
					2019	2018 (Não auditado)
Capital de Giro / CCB	Reais	CDI	7,4% a 12,2% a.a	11/2022	33.476	21.990
Finimp	Reais	-	7,7% a 9,5% a.a.	11/2020	10.866	1.701
Capital de giro – 4.131	Reais	CDI	7,2% a 12,2%	06/2022	24.280	11.953
Projeren	Reais	TLP	12,5%	11/2020	669	2.290
Total de empréstimos					69.291	37.934
Circulante					38.073	23.852
Não circulante					31.218	14.082

Os montantes a vencer a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	2019
2021	17.911
2022	13.307
Total	31.218

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas duplicatas a receber de clientes em garantia, as quais somam, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 43.452.

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social autorizado era composto de 37.486 ações ordinárias e preferenciais (37.486 em 31 de dezembro de 2018 não auditado). As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social do Grupo, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída pelo saldo remanescente de lucros acumulados cuja destinação será decidida em Assembleia Geral de acionista do Grupo.

Reserva de incentivos fiscais

A filial da OIW situada no município de Ilhéus/BA usufrui do benefício de ICMS no Estado da Bahia na forma de crédito presumido, que foi concedido por intermédio do Decreto 4.316/95, o qual dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de

componentes, partes e peças destinados à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores, e dá outras providências.

A filial da OIW situada no município de Monte Claros/MG usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado de Minas Gerais, o qual foi concedido por meio do Regime de Tributação Especial nº 034/2015.

Dividendos

No exercício de 2019 foi distribuído e pago 28,25% a título de dividendos, superior ao percentual mínimo.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2019	2018 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	18.942	15.476
(-) Reserva legal – 5%	(947)	(774)
(-) Reserva para incentivo fiscal	(6.517)	(10.772)
Base cálculo para dividendos propostos	11.478	3.930
Dividendos mínimo obrigatório - 25%	(2.869)	(983)
Dividendo adicional proposto – 3,25%	(374)	-

15 Gerenciamento do capital

As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, e procura evitar a concentração de recursos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	3.766	10.352
Aplicações financeiras de curto prazo	300	75
Clientes	69.724	42.622
Total	73.790	53.049

A exposição máxima ao risco de crédito está concentrada 100% no mercado nacional.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Até 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	40.260	32.841	-	73.101	69.291
Fornecedores	8.412	-	-	8.412	8.412
Total	48.672	32.841	-	81.513	77.702

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)	Até 12 Meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	25.496	15.151	-	40.647	37.934
Fornecedores	3.606	-	-	3.606	3.606
Total	29.102	15.151	-	44.253	40.540

Risco de taxas de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros

A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde o Grupo opera está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira (milhares):

	2019	2018
Fornecedores Externos	1.505	562

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	2019	2018
Dólar	4,0301	3,8742

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros

As bases utilizadas para projeção dos efeitos sobre desvalorização cambial consideram apenas aqueles instrumentos efetivamente expostos à variação entre a moeda do instrumento e a moeda Real. Uma desvalorização de 50% no Real em relação ao Dólar Americano resultaria em um efeito aproximado de R\$ 1 no resultado do exercício 2019, antes dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	2019	2018 (Não auditado)
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	10.866	1.701
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros	58.425	36.233

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 1 ponto percentual na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda, reduzido o patrimônio e o resultado dos exercícios 2019 e 2018 em R\$ 1.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2019	2018 (Não auditado)	2019	2018 (Não auditado)
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	3.766	10.352	3.766	10.352
Aplicações financeiras	300	75	300	75
Custo amortizado				
Clientes	69.724	42.622	69.724	42.622
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores	8.412	3.606	8.412	3.606
Empréstimos e financiamentos	69.291	37.934	69.291	37.934
Total	151.493	94.589	151.493	94.589

16 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)
Lucro contábil antes dos impostos	21.256	16.140
À alíquota fiscal combinada de 34%	(7.227)	(5.488)
Benefícios fiscais	6.517	10.772
IR e CS na empresa tributada pelo lucro presumido	(1.606)	(5.948)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.316)	(664)
Alíquota efetiva	10,89%	4,24%

17 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)
Receita bruta fiscal	229.471	176.219
Menos:		
Impostos sobre vendas	(57.409)	(43.020)
Devoluções e abatimentos	(5.459)	(6.103)
	166.603	127.096

Receita líquida

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
(a) - Venda de placas, roteadores, Switches e outros produtos	<p>Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas pelo cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Nenhum desconto é concedido.</p> <p>Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas mercadorias - <i>i.e.</i> não há devolução de dinheiro.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.</p> <p>Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.</p> <p>Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Não há histórico significativo de devoluções.</p>

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
----------------------------------	--	--

(b) - Locação de equipamentos	Os clientes obtêm controle dos produtos e serviços ao longo da vida útil do contrato de locação estabelecido entre as partes. As faturas são emitidas de acordo com o prazo de pagamentos estabelecido entre as parte e não necessariamente são realizadas no mesmo prazo do contrato. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em uma base linear mensal ao longo da vida útil do contrato os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para o valor total do contrato é registrado um passivo de receita diferida, o qual possui um valor de 16.936 em 31 de dezembro 2019, em contrapartida de contas a receber no ativo. Os pagamentos efetuados pelo cliente são baixados do ativo em contrapartida de equivalentes de caixa e o reconhecimento da receita é baixado do passivo em contrapartida do resultado.
--------------------------------------	---	---

18 Despesas por natureza

	Consolidado	
	2019	2018 (Não auditado)
Matéria-prima e insumos	110.476	88.132
Fretes	5.711	3.360
Pessoal	7.631	7.507
Serviços de terceiros	3.630	1.782
Depreciação e amortização	2.631	1.125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.438	252
Taxas e contribuições	1.438	723
Aluguéis	793	714
Outros	5.207	4.327
Total	139.955	107.922
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	110.476	88.132
Despesas com vendas	12.719	9.503
Despesas administrativas	7.112	6.461
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.438	252
Outras despesas operacionais	7.210	3.574
Total	139.955	107.922

19 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 (Não auditado)
Receitas financeiras:		
Juros ativos	1.290	23
Ganhos com operações de derivativos	702	1.099
Variação cambial	350	1.116
Rendimento de aplicações financeiras	32	21
Outras receita financeiras	88	227
	<u>2.462</u>	<u>2.486</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(4.133)	(2.592)
Variação cambial	(1.707)	(1.399)
Perdas com outras operações de derivativos	(1.420)	(660)
Custos bancários	(734)	(677)
Descontos concedidos	(17)	19
Outras despesas financeiras	157	(211)
	<u>(7.854)</u>	<u>(5.520)</u>
Resultado financeiro	<u>(5.392)</u>	<u>(3.034)</u>

20 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração, representado pelos seus diretores estatutários foi de R\$ 140 (R\$ 136 em 2018).

Adiantamentos de dividendos

No decorrer de 2019 e 2018, a controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. antecipou o pagamento de dividendos a controladora OIW Participações S.A.. Os saldos a pagar em 2019 e 2018, respectivamente, são de R\$ 1.511 e R\$ 704.

No decorrer de 2019 e 2018 houve também o adiantamento a sócios respectivamente nos valores de R\$ 7.280 e R\$ 8.008.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 27.700 para danos materiais

22 Eventos subsequentes

Reestruturação

Em março de 2020, a controlada OIW Indústria Eletrônica S.A. efetivou a incorporação da até então também controlada Servtronix Tecnologia Ltda. A incorporação foi realizada pelo valor de livros. O objetivo da reestruturação é um melhor aproveitamento da estrutura societária e também maior sinergia das operações do Grupo.

Efeitos do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.